



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 06-04-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos.

Com a presença do nosso querido Vice-Presidente da Comissão de Orçamento Finanças Marcelo Messias e este Presidente Jair Tatto, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da segunda audiência pública semipresencial desta Comissão no ano 2022.

Esta audiência pública tem como objetivo discutir o processo de contratação e execução orçamentária da Secretaria Municipal de Educação para fins do cumprimento dos 25% de manutenção e desenvolvimento do ensino referente ao ano de 2021, conforme solicitado no Requerimento nº 2/2022, da Comissão de Finanças e Orçamento, de autoria deste Vereador.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 8.3; bem como pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no Youtube e pelo Facebook.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 1/4/2022. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 1/4/2022, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual) e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda.

Foi convidado para esta audiência o Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação. Confirmando se está presente ou quem o representa.

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Bom dia, Vereador. Sou assessor parlamentar representando o Secretário Padula.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Convidada a Professora Rose Neubauer, Presidente do Conselho Municipal de Educação, que enviou *e-mail* informando que devido a compromissos profissionais anteriormente assumidos não poderá participar de audiência pública.

Foi também convidado o Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura

Urbana e Obras. Está presente ou algum representante? Alguém de Siurb, por gentileza?

Seguindo. Também foi convidado o Sr. Douglas Eduardo Rosa, Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb. (Pausa). Não se manifestou.

A Sra. Márcia Fonseca Simões, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar – CAE. (Pausa). Não se manifestou.

O Sr. Roberto Vagner do Patrocínio, Coordenador Regional de Representantes dos Conselhos de Escola.

**O SR. MÁRIO** – A Márcia Fonseca enviou *e-mail* falando que estaria presente, mas não sei se ela já chegou.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Foi convidado também o Presidente Conselheiro do Tribunal de Contas do Município, Sr. João Antônio da Silva Filho, que será representado. No caso não é a Sra. Aline Berger? Está presente o Marcio Yoshio Kawabata.

**O SR. MÁRIO** – Eu acho que ela vai entrar também.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A representante da Ação Educativa, Sra. Margarida Prado Genofre, Vice-Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, Aprofem.

**A SRA. ANDREA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO** – Bom dia. A Professora Margarida não pôde estar presente. Sou Andrea Aydar e estou representando a Aprofem.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bem-vinda, Andrea.

**A SRA. ANDREA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO** – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Representando a Associação Nacional de Pesquisa e Financiamento à Educação, Fineduca. (Pausa). Representando o Fórum Municipal de Educação. (Pausa). Seguindo. Representante Sr. Rubens Barbosa, Professor de Financiamento à Educação, da Universidade de São Paulo. (Pausa). Também convidado o representante do Sindicato dos Educadores da Infância – Sedin. Alguém presente? (Pausa). Representante do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo – Sinpeem. Aqui presente. (Pausa). Célia Cordeiro. Seguindo. Representante dos Trabalhadores

na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo. (Pausa). Representante do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público de São Paulo – Sinesp. (Pausa). Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade em geral.

Eu constato, então, TCM presente; Secretaria Municipal de Educação com representante... (Falha na transmissão.) ...do Governo. É isso que temos. Muito bem. As entidades, então, terão o seu momento, considerando-se, já inscritas, automaticamente, antecipadamente ou qualquer entidade que venha a comparecer também terá uso da palavra.

Eu tenho uma breve exposição para fazer. Pode ser colocada, por gentileza. (Pausa).

– Orador passa a se referir às imagens compartilhadas virtualmente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vamos lá. Aplicação dos 25% da Educação. Segue. Começando, aí, artigo 212: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. Isso é Constituição Federal. Artigo 208. No nosso caso, São Paulo, “o Município aplicará, anualmente, no mínimo 31% da receita resultante dos impostos, compreendida as provenientes de transferências na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental da Educação Infantil, inclusive”. É a nossa Lei Orgânica Municipal.

No Plano Municipal de Educação: “Ampliar o investimento público em Educação aplicando, no mínimo, 33% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências e manutenção e desenvolvimento do ensino em Educação Inclusiva”. Vamos seguindo. Aqui, nós vemos o acompanhamento da aplicação dos 25% em manutenção e desenvolvimento do ensino. Arrecadação em 2021: R\$ 76,6 bilhões. Impostos e transferências constitucionais: R\$ 55,9 bilhões. O valor mínimo que corresponde à Constituição, 25%, a ser aplicado: R\$ 13,9 bilhões. Valor aplicado: R\$ 14,1 bilhões. E foram aplicados ao final R\$ 14,2 bilhões.

Pode seguir. Muito bem, valor aplicado R\$ 14,1 bilhões, no segundo relatório veio então R\$ 14,2 bilhões, percentual acima do mínimo, corresponde no relatório final a 0,43% a

mais do que pede a Constituição Federal. Valor acima do mínimo deu R\$ 96,7 milhões no primeiro relatório, e segundo relatório R\$ 240,1 milhões.

Segue. O valor aplicado em 2021, R\$ 14,2 bilhões; R\$ 10,7 bilhões liquidado; R\$ 3,4 bilhões em restos a pagar.

Segue. Tranquilo, todo mundo acompanhando. Esse gráfico é muito interessante, eu diria que é a capacidade do caixa e é totalmente desproporcional no decorrer dos anos, quando pegamos 2018 e vemos o gráfico nessa altura do valor em caixa, que é o azul. Chegamos em 2019, há um equilíbrio; 2020, há um equilíbrio e 2021 chegamos ao final do ano, em dezembro, com R\$ 5,2 bilhões em caixa. Estão compreendendo bem, está rápido, objetivo, prático?

Vamos seguindo. Principais problemas, o que motiva esta chamada, especialmente o nosso representante Marcos Saraiva, de SME. Está o Tribunal de Contas, nós compreendemos através de estudos, estamos aqui para também sermos questionados, nossos números, agradeço o trabalho feito pela nossa assessoria.

Então, compreendemos, primeiro quero dar um dado que nós fechamos aqui, até acho, se for possível colocar a tabela do empenho de dezembro, antes de ir para esse ponto.

– Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É uma que o Rogério mandou no final, senão vou no meu celular. Aqui tem um dado muito interessante que o Rogério me mandou ontem, todo o empenho de dezembro, coloquei aqui R\$ 5,2 bilhões, não, aí é o empenhado. Deixa achar aqui rapidinho. Então, temos aqui uma tabela, pode ser que no decorrer da audiência ela apareça aí, para se ter uma ideia, no mês de dezembro foi empenhado o equivalente a isso mesmo: R\$ 5,2 bilhões. Histórico, nunca se acumulou tanto para o último mês.

Considero que houve um desespero para que se cumprisse a norma constitucional. Liquidado R\$ 2,429 bilhões. O que chama a atenção, no dia 30 de dezembro, penúltimo dia do ano, houve então um empenho de R\$ 3.733.951.521,65 bilhões, estou dizendo no penúltimo dia do ano, que desse valor foi liquidado R\$ 1.419.760.294,76 bilhão. Ok. Mário, volta para aquela tabela dos quatro itens, que é o ponto central da nossa audiência pública.

Muito bem, nós estamos aqui querendo compreender junto à Secretaria Municipal de Educação, à Siurb, que executa as obras, dependendo do contrato que vai a Siurb, as grandes obras. As obras menores são feitas direto com o corpo técnico, com a Secretaria de Educação, nós temos R\$ 1 bilhão em contratos irregulares para a construção e reforma de escola. Por que a gente fala irregular? Porque foi destinado sem ter um memorial descritivo de cada local, ou colocaram um local, mas sem o valor da reforma e o que será feito.

Nós temos R\$ 411 milhões destinados à compra de uniforme e materiais didáticos. Quem são os ganhadores dessa licitação? Nós temos R\$ 328 milhões destinados ao PTRF nas duas últimas semanas de dezembro. Há uma logística de cada diretor de escola para dizer como é que foi destinado esse valor? Foi avisado antecipadamente que chegaria o valor? Nós queremos compreender como é que houve tamanha competência e agilidade para, em tão pouco tempo, executar esses valores. E nós temos R\$ 40 milhões com compra de jornais sem licitação. Então, basicamente nós compreendemos que houve um desajuste muito grande com relação às verbas da Educação e é um conceito de gestão do ponto de vista do gasto.

Esse é o ponto principal que motivou o requerimento feito por este Presidente, que foi aprovado na Comissão e passou a ser um requerimento de toda a Comissão, aprovado por unanimidade. Como é que deixa R\$ 5 bilhões para se empenhar no último mês? E aí uma correria para cumprir a meta da Constituição Federal. Essas são as indagações.

Nós fizemos um levantamento aqui de contratos de reformas e manutenção de escolas no valor de R\$ 828 milhões, empenhado e realizado em 30 de dezembro. É isso que estou dizendo, que foi jogado sem ter detalhado para qual escola, qual valor. Precisamos entender se tem esses números aqui: os valores empenhados na íntegra, sem plano de obra, e as respectivas licitações. Contrato de construção de escolas no valor de R\$ 213 milhões, empenhos realizados também em 30 de dezembro, sem plano de obras e as respectivas licitações. Eu tinha antecipado, mais ou menos, o teor; mas esse quadro já deixa bem explicativo.

Uniformes e materiais escolares, que eu tinha colocado, não consta no SOF a razão social e o CNPJ das empresas contratadas, referente aos R\$ 411 milhões, diferentemente dos

relatórios nos anos anteriores, como relatei. Então, precisamos saber quem ganhou essa licitação, essa concorrência, que nome se deu aqui que acharem mais conveniente. E esse jornal, Joca? Eu ouço muito falar dele, mas eu preciso entender: gastar R\$ 40 milhões em jornal. Muito bem, aqui nós temos a velocidade da arrecadação de impostos. Olha só, tradicionalmente, na cidade de São Paulo, no primeiro semestre temos o gráfico que sobe e depois ele dispara. Nós temos um fenômeno na cidade de São Paulo: o gráfico não está mais assim. Eu diria que ele desce, mas nem tanto. Ou seja, a saúde financeira do Município continua muito bem, obrigado. Então esse é o grande debate: há um acúmulo, um estoque gigantesco de dinheiro em caixa, e estamos com essa dificuldade de aplicação das escolas, e surgem essas dúvidas.

Então eu compreendi, baseado nessas informações, que houve um desespero para que no último mês do ano houvesse um empenho desorganizado para cumprir a Constituição Federal. Não cumprindo, geraria processo de *impeachment* contra o Sr. Prefeito, ok?

Anuncio a presença do Vereador Gilberto Nascimento.

Então vamos aprofundar mais. Começo pela Sra. Célia Cordeiro, que representa o Sinpeem.

**A SRA. CÉLIA CORDEIRO** – Obrigada, Vereador Jair Tatto.

Saúdo todas e todos os companheiros dos sindicatos, os nobres Vereadores presentes e os membros do Governo. E iniciando já bastante assustada ao saber desses R\$ 5 bilhões que foram colocados para serem gastos a toque de caixa para serem empenhados. É curioso. Já que as escolas enfrentaram os dois anos da pandemia com os professores, os profissionais da Educação, o quadro de apoio e os gestores tentando colocar as escolas em ordem. E muitas não foram colocadas.

Até agora, o material das salas, o material de fazer o PowerPoint, de fazer as apresentações virtuais, ainda não foram instalados. Foram comprados, e não foram instalados para permitir as salas de aulas virtuais dos professores. Foram prometidas para ajudar na lida diária dos professores, e não foram instalados. E com tanto dinheiro em caixa sobrando. Isso é curioso e preocupante. É bom saber que a saúde financeira está tão boa.

Temos de colocar que é dever da Prefeitura reajustar os pisos. Agora, pela Lei 14.660, os pisos dos profissionais da Educação... Como a Educação tem verba vinculada, o nobre Vereador Jair Tatto bem colocou essa verba vinculada. E com toda essa saúde financeira, vemos que há condições para se valorizar os profissionais da Educação, que, como eu já disse, lutaram muito durante essa pandemia. E estão agora, nesse retorno, enfrentando uma situação caótica nas escolas por conta de todas as necessidades, as vulnerabilidades que explodem no ambiente escolar como um microcosmo da sociedade.

Os profissionais da Educação precisam ser valorizados. O piso nacional foi valorizado em 33%. O quanto a Prefeitura vai dar de valorização? Nós estamos em negociação, já apresentamos a nossa pauta de 46% de valorização para os profissionais da Educação. E defendemos que seja para todo o funcionalismo que lutou bravamente e continua lutando para oferecer um serviço digno, atenção às dificuldades financeiras. A tragédia social em que vivemos tem de ser reconhecida. Até porque, vamos lembrar, essa tragédia social também provocada pelo descaso, pelo negacionismo do Governo Federal, que levou a morte para as nossas comunidades escolares das regiões periféricas, que foram as mais atingidas.

E, agora, enfrentamos um aumento substancial da inflação que está corroendo todos os salários. Vamos comprar um gás com que dinheiro? A inflação para a nossa classe social dos profissionais de Educação, que é classe trabalhadora, é galopante, não é 10% ao ano como falam. É muito mais que isso, juntando-se ao fato que, neste ano, os nossos aposentados serão confiscados porque esta Casa, com bravas exceções, inclusive, do Vereador Jair Tatto, votou o confisco salarial dos nossos aposentados que vão ter que pagar para o Iprem tudo o que ganham acima do salário mínimo, após terem contribuído durante a vida inteira com todo o seu salário. Então, estão tendo confisco aprovado por esta Câmara, por iniciativa do Governo Nunes, e a gente lutando para poder pagar as contas.

É necessário que os representantes do Governo que estão aqui examinem e fiquem muito atentos para essa questão do aumento salarial do funcionalismo em geral e dos profissionais de Educação em particular. É necessário que o piso seja revisto e que seja dado

um aumento, não só do piso, que ele seja incorporado para que os profissionais de Educação e o funcionalismo em geral possam ter uma sobrevida, porque do jeito que a gente está o salário acaba no meio do mês. Não sabemos mais o que fazer. Os nossos colegas estão se endividando em consignados acima do que podem pagar, porque não conseguem mais pagar todas as contas.

Então, por favor, a gente pede aqui. Estamos no meio da nossa campanha. Vamos mobilizar a categoria, sim. E esperamos que os nobres Vereadores que estão presentes examinem com cuidado a necessidade do reajuste que recomponham os salários e dê uma boa valorização para esses nossos heróis do serviço público, em geral, e dos profissionais da Educação em particular.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Célia Cordeiro.

Seja bem-vindo Secretário Marcos Monteiro da Silva. Muito obrigado pela presença, diferentemente do Secretário de Educação, porque é difícil tê-lo presente. Nem nas audiências públicas – quero fazer o registro – do orçamento se fez presente. Agradeço, Marcos.

**O SR. RICARDO DE MENEZES DIAS** – Bom dia, Sr. Presidente, nobres Vereadores. Meu nome é Ricardo de Menezes Dias, eu sou Chefe de Gabinete de São Paulo Obras.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – É que está o nome do Marcos, Secretário. Desculpe-me.

**O SR. RICARDO DE MENEZES DIAS** – Imagine, eu quem peço desculpas. Eu pretendo representar o Presidente de São Paulo Obras, Marcos Monteiro da Silva, também é Secretário de Siurb. Ele, infelizmente, foi chamado às pressas e pediu para que eu o representasse nesta Comissão e tentasse, de alguma forma, espairer algumas dúvidas de vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Está bom. Muito obrigado. Eu passo, imediatamente, para a nossa querida representante da Aprofem, Andrea Aydar.

**A SRA. ANDREA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO** – Bom dia a todos. Eu cumprimento à Mesa e a todos os presentes. Eu começo pedindo que esse dia seja abençoado

por Deus a nós todos, em nome, em especial, à ética. Nós temos ouvido, ao longo de uma vida, discursos em prol da Educação, da Saúde etc. etc. e nos deparamos, no dia a dia, com tamanho desrespeito, com desmonte em especial na Educação, mas na Saúde também. Mas em nome dessa verba, desse valor destinado à Educação, desse percentual, que é legal, constitucional, nós temos sim muito que ficar atentos e pontuarmos, como a colega que me antecedeu nos trouxe, que essa verba nós defendemos que seja empregada em sua totalidade na Educação, na manutenção, no desenvolvimento da Educação Infantil, no Ensino Fundamental, sem desvios, sem atalhos, sem gastos que vão para um outro lado também importante, de caráter assistencial, social, muito importante, necessário a toda população, mas que deve sair de outros recursos, e não do nosso, e isso vai justificando o que vem acontecendo.

Com relação à valorização profissional, à qualificação do ensino, ouvimos muito nos discursos, mas efetivamente nada acontece, tem sempre uma armadilha nos pegando. Choca, chateia verificar na apresentação do Vereador os dados mostrados porque vemos, de fato, que a premissa é o desrespeito. Passamos anos terríveis com a pandemia, mas não é desculpa porque anteriormente a ela já vivíamos muitos desses problemas, que é uma doença sistêmica. Então esse olhar precisa ser amplo e sistêmico também do ponto de vista do todo.

Temos então todo um descaso com a verba pública que poderia ter sido destinada para qualificar, de fato, o ensino nesse período, haja vista que essa instalação de equipamentos tecnológicos nas escolas, para as escolas em que chegou, chegou tardiamente, a grande maioria ainda solicita a instalação efetiva desses equipamentos. Com relação ao percentual a ser aplicado, que a outra colega nos trouxe, não se trata de aumento, trata-se de reposição da perda salarial ao longo desses anos todos, e nos chocamos inclusive com os aumentos dados a esta Casa.

Então precisamos, de fato, que essa verba seja empenhada no que a lei confere, sem terceirizar, sem repassar, sem tamanhas irregularidades em contratos, em notas, uniformes. Uniforme, até dói ouvir essa palavra, num ano pós-pandemia, final de ano, a grande maioria das crianças sequer voltou às unidades escolares.

Enfim, é isso que nós defendemos, que, de fato, esse valor que nos foi dado por direito, por lei, seja eticamente aplicado. Acho que é um dever-cidadão que moralizemos o serviço público que pode ser melhor oferecido neste País porque verba não falta. O serviço público neste País, em especial à Educação, tem de ser um exemplo no Município para a nossa Nação. Nós sabemos que temos potencial para tanto, o que nós precisamos é de seriedade!

É isso. Muito obrigada, um bom dia.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Andrea. Pela ordem de inscrições, Antonio Marcelo de Souza Lima, não sei se vem como munícipe ou representando alguma entidade. Temos a presença de Cida Perez, bem-vinda, ex-secretária de Educação da cidade de São Paulo. Gostaria muito de ter esse orçamento em sua mão, não é Cida Perez, um orçamento desse tamanho, dessa grandeza? Seguindo, diga Mário.

**O SR. MÁRIO** – Aline Ceresino também é representante do TCM.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ok. Eu chamei o Antônio Marcelo de Souza Lima. A Célia já falou pelo Sinpeem. Melissa Ribeiro Saraiva. (Pausa). Marcos Manoel dos Santos. (Pausa). Considero inscrita a companheira Cida Perez também. Cida conseguiu acompanhar a exposição inicial?

**A SRA. CIDA PEREZ** – Consegui, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem. Tem a palavra, como ex-secretária, como munícipe e como professora, assim como preferir.

**A SRA. CIDA PEREZ** – Acho que como munícipe e como gestora da área de Educação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem.

**A SRA. CIDA PEREZ** – Eu estava vendo seus dados e essa questão que a gente vivenciou no começo do ano letivo, da falta de 20 mil vagas para o primeiro ano. E mesmo teve muito problema de matrícula nos anos seguintes, terceiro e quarto ano.

E a gente vê esses R\$ 5 milhões aplicados que o senhor colocou, que foram empenhados de última hora em dezembro, e a gente vê o completo despreparo da rede na

aplicação dos recursos e na preparação para receber as crianças. Como foi chamada já a atenção, as reformas para adequação das salas de aulas nas escolas não foram feitas. E o que a gente escuta da Secretaria é que o recurso foi para a escola, só que o diretor não pode contratar obras.

A própria bagunça que teve com uniforme sendo liberado em dezembro. Eu lembro que dia 9 de dezembro, acho que todos os gabinetes aqui na Câmara receberam reclamação que os pais queriam comprar uniforme e o cartão não passava. Quer dizer, para que é que se libera a compra de uniforme em dezembro, não faz reforma, não prepara escola de forma adequada? É muito estranho.

E desmancha as salas. A gente está vendo na Educação Infantil tirar salas de leitura, salas ambientes para acomodar mais crianças. É muito complicado, porque desmonta um trabalho todo feito. E, se o senhor me permite, eu quero lembrar a questão dos CEUs: os doze novos CEUs que não foram equipados adequadamente e não estão servindo à população.

Eu acho que, todas essas questões, a Secretaria precisaria explicar, e mais com o orçamento. Como o senhor falou, eu gostaria de ser secretária com todo esse dinheiro na mão. Eu acho que a gente faria um arraso. Com a colaboração das entidades, agora com os fóruns constituídos, a gente aplicaria o Plano Municipal de Educação.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mário, pois não.

**O SR. MÁRIO** – Professor Rubens Barbosa também está presente. Ele é professor de Financiamento da Educação da Universidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem, então vou passando a palavra ao Prof. Rubens Barbosa. Depois eu passaria para o representante do TCM, depois os Srs. Vereadores. Pode ser nessa ordem? Pergunto ao Marcos Saraiva, da SME, e também ao Ricardo, que representa a Siurb. Tudo bem?

Muito bem, Mário. Professor Rubens Barbosa, tem a palavra.

**O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO** – Eu represento a Associação Nacional

de Pesquisa em Financiamento da Educação, a Fineduca, e sou professor da Faculdade de Educação da USP, trabalhando na área de financiamento da educação e gestão de unidades e sistemas de ensino.

Em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade de estar nesta audiência, o convite feito pela Comissão de Finanças na pessoa do Vereador Jair Tatto. Cumprimento todos os presentes, Vereadores, sindicalistas, representantes de pais, de Parlamentares. Vou tentar fazer uma colocação breve para que outras pessoas também possam falar.

A primeira coisa é que acompanhar o orçamento público, seja na esfera federal, estadual ou municipal não é algo muito simples. É complexo, exige que haja pessoas que estejam capacitadas para acompanhar *pari passu* o que está acontecendo. Por isso, indico sempre aos sindicatos, aos partidos, aos movimentos que tenham pessoas especialmente escolhidas para acompanhar de perto isso. Na área de financiamento, a gente trabalha sem o privilégio que a Câmara Municipal e o próprio Executivo têm, por exemplo, de ter os dados na mão diretamente, porque eles têm um sistema que acompanha dia a dia o que está acontecendo na Administração. Nós não temos esse sistema, ficamos sempre com os dados que são de períodos passados.

Então o que eu vou apresentar para vocês aqui tem a ver com alguma coisa que foi detectada por dados que a gente levantou, com relação a anos passados. Não é exatamente o que está acontecendo hoje, o dia a dia da Administração Pública, mas quem pode fazer, quem tem condições de fazer isso é a Câmara Municipal, são as casas legislativas pelo Brasil afora. Mas é possível ser feito, por isso estamos discutindo aqui. Eu vou tentar destacar algumas coisas que são de caráter bem geral para que as pessoas que estão nos acompanhando também entendam o que a gente está falando aqui.

Primeira coisa, as leis de orçamento público são feitas anualmente, são realizadas a cada governo, na verdade são três leis. Sempre pensamos que é uma lei só, mas elas são três: o PPA – Plano Plurianual; a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a LOA – Lei de Orçamento Anual.

O PPA apresenta a ideia para quatro anos de um governo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias discrimina aquilo que o PPA colocou para os quatro anos, a cada ano, e a LOA estabelece, a cada ano, discriminando o quanto de receita está previsto para entrar, o quanto de despesas fixadas que vão ser realizadas no ano e a previsão de receita.

Lembrem que receita é prevista. Pode entrar a mais receita, por uma arrecadação a mais, pode entrar menos receita, dependendo da crise econômica que se tem. Esse é um dado que é importante termos claro agora, porque no meio dessa trágica pandemia que vivemos, quando os governos não tiveram toda competência para poder estabelecer o processo de vacinação na população de modo adequado, em especial o Governo Federal. Quando se fala em perspectiva da receita no meio da pandemia, ao invés de se ter uma diminuição da receita, conforme esperado logo no começo desse processo trágico que a gente viveu, de repente o que aconteceu foi ao contrário.

Nos anos de 2020 e 2021, houve um excesso de arrecadação, com muitas formas de entendimento sobre o que aconteceu. Houve um aumento da inflação, cresceu o preço de tudo, portanto, também cresceu a arrecadação, mas também por outros fatores, por exemplo, muita gente começou a comprar coisa pela internet, por processos utilizando cartões *etc.* ao invés de usar dinheiro, ocorrendo que o processo de informação tributária melhora, por isso, aumenta também o processo de arrecadação.

Lembrando que o processo de arrecadação, nesses casos de impostos e, no caso da Educação, as receitas que são mais fortemente estabelecidas, são aquelas ligadas à questão da circulação de mercadorias, no caso o ICMS e o ISS em São Paulo. Claro que existem outros impostos.

Na previsão de receitas não se esperava que tivesse esse procedimento que teve, e por isso que muitos governos foram pegos, diria, sem se preparar para isso. Mas existem técnicas para isso. O pessoal da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Educação, a parte de planejamento dela e o Tribunal de Contas Municipal pode ter todas as indicações de como se faz essa preparação. No fundo precisamos ter: fazer levantamentos de como se comportaram

as receitas nos últimos tempos, ver a sazonalidade. O nobre Vereador Jair Tatto, apresentou, por exemplo, a sazonalidade que acontece em janeiro e fevereiro, em termos de arrecadação e de empenho, com aquilo que aparece em dezembro também. No decorrer do ano inteiro ela vai diminuindo. Existem impostos, repasses etc. que são feitos mais em um período do ano, do que em outro. Essa é a questão da receita.

No processo de despesa, gasto do recurso, a execução orçamentária tem que realizar três fases: entrar o dinheiro; fazer um processo, quem tiver interesse em fornecer materiais, obras etc. Tem que se apresentar em editais públicos, quem ganhar esse edital, recebe uma carta de empenho, quer dizer, o empenho na execução orçamentária significa a reserva de um recurso para a utilização de uma determinada forma. Quando essa mercadoria, esse produto, esse serviço forem realizados, chamamos de liquidação. Depois que foi liquidado, entregue o serviço, entregue a mercadoria, realizada obra etc. a Prefeitura solta o pagamento sobre as coisas que foram executadas. Do ponto de vista da execução orçamentária são essas três fases importantes e não pode haver uma sem a outra. Não pode haver pagamentos sem a liquidação ou liquidação sem o empenho das verbas para poder realizar. Esse é o procedimento.

E finalmente, só para pensarmos nas verbas para Educação, aquilo que a gente chama de verbas que são vinculadas à Educação, constitucionalmente, e tal, são as verbas das receitas veiculadas a impostos e transferências. Portanto, não entram nessa conta as taxas, as contribuições a não ser o salário-educação. Existem muitos recursos que não entram na composição para considerarmos os 25%, que é um conceito chamado de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, definido nos artigos 70 e 71 da LDB, daquilo que pode ser considerado como o gasto para Educação e o 71 aquilo que não pode ser considerado como o gasto para Educação. O Fundeb é parte desses recursos. É 20% destinado para Educação Básica no Brasil.

Gostaria de mostrar para vocês, se puderem colocar a apresentação, de um levantamento que fiz em série anual de 2007 a 2019 daquilo que foi empenhado, orçado e atualizado.

– Orador passa a se referir às imagens compartilhadas virtualmente.

**O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO** – Temos aqui, do ano de 2007 a 2019, em valores nominais, aquilo que foi a execução orçamentária na Prefeitura como um todo. Aquilo que foi orçado, atualizado, ou seja, a Secretaria da Fazenda recalculou. Aquilo que foi empenhado no ano e aquilo que foi liquidado no ano. Esses são os valores nominais desse período de 2007 a 2019. Eu não tenho os de 2020, 2021. Como eu disse, o pessoal da Câmara pode acompanhar mais de perto, mas dá para perceber os valores. É claro que há inflação aí e tudo. Foram crescentes e sempre tem uma diferençazinha entre aquilo que foi empenhado e aquilo que foi liquidado. Em geral, empenhado é um pouquinho maior do que o liquidado no ano. Isso significa que vai sobrar um pouquinho de restos a pagar. Estes são os dados da Prefeitura como um todo.

Pode passar para o próximo. Aí, eu peguei e fui verificar o que acontece no mês de dezembro, porque essa também é a discussão, aqui. É o que acontece no mês de dezembro em todos esses anos e, aí, nesse caso, é em relação ao que foi empenhado e liquidado no total do ano. Era essa a continha que eu tentei fazer. Aqui, eu tenho o percentual, que está em vermelho. É o percentual do valor que foi empenhado em dezembro e o percentual do valor do que foi liquidado em dezembro, da Prefeitura como um todo.

Dá para perceber, então, que esses valores do empenho variaram entre seis e pouco até nove e pouco, dependendo do ano, e no liquidado variou entre 11%, mais ou menos, e 14%, dependendo do ano. Então, essa foi a média anual. Agora, pode passar para o próximo, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Permite-me? Eu corrijo, aqui: nós temos R\$ 5,197 bilhões que foram empenhados no mês de dezembro.

**O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO** – Certo, Vereador. É que...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nós temos, liquidados, R\$ 2,429 bilhões.

**O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem. O sentido desta audiência: nós

precisamos identificar, aqui, em torno de R\$ 1,779 bilhão. Ok?

**O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO** – Sim, é que eu não tenho os dados de 2021. É esse que vocês têm os dados. Eu estou fazendo a série histórica, demonstrando o quanto foi empenhado, e eu estou trabalhando com o conceito de função educação. A função educação, às vezes, pega órgãos que não são só a Secretaria de Educação. Às vezes, há recurso que está na Secretaria de Gestão, na Secretaria de Obras e em outras obras. Então, eu estou fazendo a soma total do conceito que se chama função educação. Por isso, esses valores podem ser um pouquinho diferentes, também. Está certo? Está claro o conceito?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ok. Vamos seguindo.

**O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO** – Está bom. Então, quando eu pego, na função educação, de novo, repetindo, eu estou trabalhando com mais de uma Secretaria. Por exemplo, a questão da alimentação escolar não está na Secretaria Municipal de Educação. Está na Secretaria de Gestão. É por isso que eu estou falando, porque há outras Secretarias que estão envolvidas nos gastos, também. Bom, aí, eu tenho os valores orçados e os valores atualizados, empenhados e liquidados, até 2019, na função educação. Então, são esses os valores que estão disponibilizados nos dados orçamentários, aí. Pode passar para o próximo e último.

Quando eu pego os valores, agora, comparando o empenhado e o liquidado, em dezembro, em relação ao valor total do ano, eu vou encontrar – embora esteja com o “R\$”, na verdade, isto, aqui, são percentuais – o percentual empenhado da ordem de 12% ou 13%, mas, no ano de 2019, já foi 14%. O que estou querendo dizer é que, já com o decorrer do tempo, as Secretarias que são responsáveis pelo dinheiro da Educação começaram a ter um pouquinho mais de dificuldade de execução e, no valor liquidado, então, esse percentual é ainda maior. Vejam, é de 11% ou 15%, e assim por diante.

De qualquer forma, para comparar o que está acontecendo com esse ano de 2021, segundo os dados que também foram apresentados agora, aqui, nesta exposição, da ordem de 28%, do mês de dezembro, esse valor é muito alto. Esse percentual é muito alto para execução,

para deixar para o último mês, e, nisso, pode correr o risco de coisas que fogem do controle da Secretaria.

Muitas vezes, a Secretaria não tem todas as informações. É por isso que eu acho importante, também, destacar: ela, muitas vezes, depende dos dados da Secretaria da Fazenda, de outras Secretarias, e assim por diante. Aonde eu quero chegar com isso? Que a Secretaria tem de ter um corpo técnico que acompanhe as receitas, de um lado, quando está entrando, para poder, de uma certa maneira, viabilizar o gasto que, por incrível que pareça, é bastante significativo, para não deixar para os últimos meses do ano. Isso é um ponto.

Segundo: quando isso acontece, de contratação de modo abrupto de empresas, serviços, obras, essas coisas todas, pode acontecer de uma empresa não dar conta, pode acontecer de a empresa falir, pode acontecer um monte de coisas, e aí o recurso público foi destinado, pelo menos empenhado – não pago, mas empenhado – para poder realizar o serviço, que corre o risco de não ser realizado.

Então, minha contribuição aqui é dizer que acho estranho um montante tão grande. Embora tenha crescido muito a receita – e isso, quero destacar também – dos anos de 2020 e 2021, quando se manda por exemplo recurso PTRF para as escolas, bem agora no final do ano, eu sei que ele pode ser reprogramado. Então, pode ser que venha a ser gasto melhor no ano que vem ou no decorrer deste ano, 2022. O que quero dizer é que esses percentuais chamaram minha atenção por serem muito diferentes daquilo que vinha sendo praticado, e estou falando do conceito de função, que não é o conceito que talvez vocês tenham acompanhado, que seriam as verbas da Secretaria de Educação. Seria essa a minha contribuição para a discussão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Rubens Barbosa. Agradeço também aos nossos tradutores de Libras. O ponto central aqui, Professor Rubens, é saber onde e como foi destinado, com projetos, R\$ 1,779 bilhão, para não perdermos...

**O SR. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO** – Creio que vocês tenham acesso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Mário, quais os Vereadores presentes?

**O SR. MÁRIO** – Os Vereadores Marcelo Messias e Isac Felix. Também lembro que

a terceira inscrita está presente na sala e a Sra. Márcia também está na Mesa.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Do Conselho de Alimentação.

**O SR. MÁRIO** – Isso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Depois, quando passarmos para a Secretaria Municipal, eles irão definir a parte que cada um falará. Ok, Márcia? Obrigado por estar presente. Desculpem, estou me recuperando de uma cirurgia na boca; então, estou falando de casa. Vereadores Marcelo e Isac, vocês querem se manifestar? (Pausa). A qualquer momento eles podem se pronunciar, inclusive nos interrompendo. Passo a palavra ao próximo inscrito, Sr. Marcio Kawabata, representante do TCM. Obrigado pela presença.

**O SR. MARCIO KAWABATA** – Obrigado. Bom dia a todos. Bom dia, Vereador. Na condição de auditoria do TCM, agradecemos a oportunidade de poder escutar as críticas das entidades participantes hoje desta audiência pública. Estamos prontos também a escutar os esclarecimentos da Secretaria da Educação e da Siurb. Certamente, essas informações serão levadas em consideração nos nossos trabalhos. Estamos dispostos a escutar todos hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Eu faria uma correção. O Conselho de Alimentação Escolar – CAE não é um órgão governamental. Então, a Márcia, Presidente do CAE, que está conosco, tem a palavra.

**A SRA. MÁRCIA FONSECA SIMÕES** – Vereadores e demais presentes, agradeço, em nome do Conselho de Alimentação Escolar, o convite feito a mim. Na verdade, o Conselho é um órgão de controle social. Peço licença para me apresentar. Sou gestora da rede municipal, que estou no CAE exatamente representando esse segmento, dos gestores municipais. Sou dirigente do Sinesp, o Sindicato dos Especialistas de Educação em São Paulo. Nós gestores estivemos no chão da escola durante todo o tempo da pandemia. Em relação a esses serviços apresentados pelos outros sindicatos que me antecederam, nós gestores que estávamos lá na ponta, não vou errar se disser que 99,9% das vezes fomos informados por esses serviços pela mídia e éramos nós que estávamos lá, literalmente, atendendo as famílias.

A Melissa, que até espero consiga falar em breve, é do Crece, segmento das famílias

da rede municipal. Muitas vezes, não tínhamos condição de orientar adequadamente essas famílias por falta também de orientação. Então, eu diria que aí existe desde a falta de organização até certa falta de transparência, com base no que ouvi nesta audiência pública.

Voltando para aquilo para o qual fui convidada a falar, sobre alimentação escolar, tivemos um atraso muito grande na cidade de São Paulo, Cidade enorme, no cumprimento da lei federal. Os Vereadores presentes e inclusive o Vereador Jair Tatto, que era do Comitê de Crise, sabem como foi importante, porque a lei federal determinou que se desse alimento desde março, no início da pandemia. E São Paulo só conseguiu cumprir a entrega de alimento, por meio da Cesta Saudável, a partir de agosto. Então, tivemos um *delay* muito grande nessa entrega. Foi uma negociação muito difícil – na época, o Secretário era o Bruno Caetano – porque eles entendiam que o cartão é que deveria ser dado, sendo que a lei federal era clara: tinha que manter o sistema de compra, enfim, todos os contratos que já haviam sido feitos com os agricultores e demais representantes do setor de alimentação. Nesse sentido, tivemos o prejuízo da demora, que, depois, se transformou num grande sucesso.

Em relação ao cartão alimentação, uma das questões que nos preocupa como Conselho é o valor. Acompanhamos o valor da Cesta Saudável e sabemos que foi empenhada toda a verba do Governo Federal. Para os que estão nos assistindo, o sistema da alimentação escolar é tripartite. Vem uma verba do Governo Federal, mas também há verba do Governo Estadual e do Governo Municipal. O cartão alimentação foi todo comprado com a verba do Tesouro Municipal, porque a verba federal não podia ser usada para esse fim. Então, o valor é bem grande. Estamos ainda no processo de análise de contas, mas é algo que, se nos deixou felizes – porque por meio de toda uma luta, ele foi expandido para todos os alunos matriculados da rede municipal, inclusive bebês –, por outro lado, se compararmos o custo-benefício da Cesta Saudável, isso gera um estudo, para o qual é necessário olhar.

Também quero aproveitar esta audiência para falar sobre a questão do transporte. Durante a pandemia, realmente os serviços do CAE em relação a visitas foram interrompidos. Mas agora, do final do ano para cá, no retorno, não temos conseguido realizar, porque não temos

o transporte, o que acaba sendo muito ruim. Ruim porque não se faz cumprir a lei federal no que tange à ação do CAE. Ruim também porque deixa de ser fiscalizado, e sabemos que é necessário fiscalizar toda a verba pública, seja para que ela seja bem utilizada, seja para que façamos uma avaliação correta.

Agora, estamos também num processo de fazer um novo contrato de terceirização da alimentação. Temos treze Diretorias Regionais – DREs na cidade de São Paulo, quatro das quais com um sistema misto. Ou seja, a Prefeitura contrata a mão de obra, os serviços, mas manda o alimento. As outras nove DREs são totalmente terceirizadas. Então, tanto a mão de obra como o alimento são comprados por essa empresa, e a Prefeitura paga o prato feito. Esse serviço está agora em um momento de reestruturação, até para se adequar a uma lei municipal de 2015 que diz que as crianças têm o direito de ter uma alimentação saudável. No caso da rede mista, isso é cumprido com a compra da agricultura familiar orgânica. No caso dos contratos da terceirizadas, não.

Então, também acho que é muito importante que esta Casa acompanhe. O CAE já requereu fazer parte desse grupo de trabalho para garantir que haja o melhor contrato possível, porque vocês também acompanharam, no final do ano, o problema que nós tivemos com a falta de alimentação em algumas escolas, em duas DREs especificamente, e os funcionários, as cozinheiras e as nutricionistas, que não receberam os seus salários e não puderam ser recontratadas também, o que é muito grave.

Então, enquanto Conselho de Alimentação Escolar, a gente agradece. É importante dizer isso. O Comitê de Crise fez diferença, por dar voz às famílias. A Codae também fez um trabalho muito importante, mas a gente precisa acompanhar mais de perto e verificar esses gastos, porque, na comparação custo e benefício, foi altíssimo em relação ao cartão alimentação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra a Sra. Melissa, representando o Crece Central. Pelo aceleramento do tempo, peço que ela fosse o mais breve possível, para que a gente possa ouvir os representantes da Secretaria Municipal e de Siurb.

**A SRA. MELISSA RIBEIRO SARAIVA** – Obrigada. Bom dia a todos. Vou ser bem

breve na minha fala, porque os que me antecederam já contemplaram o que a gente tem tratado, as discussões aqui dentro do Crece Central e também dos Creces Regionais. As nossas conversas também com a Secretaria da Educação foram retomadas agora neste mês. O que a gente traz aqui para esta comissão é a situação dos recursos humanos dentro das escolas, porque a gente já tem falado isso, desde o ano passado e, neste ano, a situação se agravou com o retorno 100% dos estudantes para a sala de aula. Falo da falta dos profissionais da Educação dentro do ambiente escolar. A gente está falando isso principalmente no chamamento dos concursos públicos. A gente sabe que há concurso vigente e a gente precisa que esses profissionais que estão dentro da escola tenham uma garantia de continuidade do trabalho e de continuidade do trabalho com os estudantes dentro da sala de aula.

A gente está falando de um retorno de uma pandemia de dois anos. Essas crianças e esses adolescentes ficaram isolados. Eles estão com defasagem. Nós sabemos disso, mas sabemos também que eles precisam de outros acompanhamentos psicológicos. Essa questão não se limita só aos professores. Esperamos que eles recebam esse acolhimento, e isso precisa ter uma continuidade. A gente não pode permitir que, numa Cidade como São Paulo, que tem milhões de estudantes dentro da nossa rede, haja um trabalho descontínuo, porque a gente está terceirizando todo o serviço dentro da rede pública. Isso não pode ser permitido, porque quando a gente começa a terceirizar, a gente viu isso durante antes da pandemia, e aconteceu durante a pandemia e agora também, de todos os serviços sendo terceirizados. Nós não conseguimos acompanhar, mesmo o Crece. Quem está dentro das escolas não consegue fazer essa intervenção, porque é um serviço terceirizado. Só quem consegue intervir nisso é a Secretaria. Então, é muito limitado, e a gente tem muitos problemas.

Bom, acho que já falaram sobre isso. São muitos problemas e a gente realmente precisa desse investimento em recursos humanos nas escolas, que é o essencial neste momento. A gente precisa também do investimento nas escolas. A gente tem o Plano Municipal de Educação, que não está sendo respeitado. Daqui a pouco, a gente começa com um novo plano. Essas questões estão sendo formadas, porém o que já foi colocado, posto não foi

cumprido; e a gente precisa que isso seja cumprido. O Plano Municipal de Educação precisa ser respeitado e cumprido. O investimento, na estrutura das escolas, também precisa acontecer. A gente não pode permitir que mais CEIs conveniadas, EMEFs que querem... A gente viu isso, no ano passado, na Comissão da Educação Emergencial, que queria também fazer EMEF conveniada, terceirizada. Enfim, não me lembro a palavra. Mas a gente não pode permitir que isso aconteça, porque a gente sabe que a terceirização não é a resposta para os nossos problemas. Nós temos sim muitos problemas na nossa rede, mas não é a resposta. A gente precisa de solução. É preciso ser pensado coletivamente, com todas as entidades, e não a questão ser decidida somente por um grupo, que é a Secretaria, que é a Prefeitura. Isso nós não podemos permitir; e a gente precisa de investimento, seja em estrutura, e principalmente em recursos humanos. E é para agora. A gente também não pode permitir que se decorra todo o ano de 2022 sem essa resposta.

A gente já está terminando o primeiro bimestre nas escolas, e precisamos de uma solução urgente. É isso. O Crece Central se coloca à disposição também para continuar esse debate e trazer as discussões que ocorrem também. A gente costuma falar que o Crece trabalha no chão da escola, que a gente participa dos conselhos e traz essas questões. E é muito importante que a gente continue esse diálogo e busque essas respostas e a solução para o dinheiro público que está sendo colocado na Educação e como isso está sendo feito.

Obrigada e bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Pergunto ao Sr. Marcio Kawabata, do TCM, quando que se finalizará o relatório da auditoria sobre a função educação.

**O SR. MARCIO KAWABATA** – Sr. Presidente, essa auditoria da função educação tem previsão de se encerrar neste mês de abril, para subsidiar depois as contas anuais da Prefeitura.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem. Objetivamente eu volto a dizer que nós temos aqui um levantamento de um valor de R\$ 1,779 bilhão. Eu chamo de memorial descritivo, seja de obras, seja de qualquer outro tipo de empenho.

Tem a palavra o Sr. Marcos Saraiva, representando a Secretaria Municipal de Educação.

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Pronto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Hoje também há dúvidas. Queremos saber o que cabe à Siurb, o que é feito direto no montante de obras, especialmente em obras, quais são os contratos que vão à Siurb e o que o corpo técnico da Secretaria exerce diretamente. Essa é uma dúvida. Eu quero tirar uma seguinte dúvida, se ainda existem aqueles valores que vão para as Diretorias Regionais de Ensino, as dispensas de licitação, para pequenos reparos. O objetivo central é esse. Eu chamo de memorial descritivo de cada caso. Eu vou citar rapidamente uma emenda parlamentar, que seja de R\$ 100 mil de um Vereador ou de uma Vereadora. O que ocorre? Empenha-se que seja no último dia do ano, porém lá há para onde se vai o valor, quanto vai ser gasto e há um endereço. Eu acho que o objetivo central dessa audiência é que nós não temos... Vamos chamar desse endereço. Basicamente esse é o objetivo. Aí eu queria que os senhores nos convencessem. De tamanho empenho, eu diria que agora com o VAR, acho que foi aos 50 minutos do segundo tempo.

Sr. Marcos, obrigado, mais uma vez, por estar aqui e nos dar as informações necessárias.

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Agradeço a oportunidade, nobre Vereador. V.Exa. sabe o carinho e o respeito que a gente tem pelo Parlamento, enquanto Secretaria. Especificamente nessa questão das obras, elas têm um endereço. Há inscrição de quais são as escolas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quanto a uniformes, há quatro itens lá.

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Isso é encontrado na portaria conjunta que nós tivemos, a portaria 03/2021. Foi publicada no dia 20 de dezembro, com todas as escolas e o valor que é aplicado para elas. Nos seus anexos, há isso lá.

Também para a divisão, a gente fez, na verdade, a transferência de recursos para a Siurb. E a partir daí, a contratação. Enfim, há um *know-how* muito maior naturalmente, há uma experiência muito maior nisso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nós temos a relação das escolas. Nós precisamos das licitações.

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Nós transferimos o recurso para eles. Há endereço da obra e valor, tudo bonitinho.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Endereço é o termo genérico que eu usei, mas, vamos lá.

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Vamos lá. Do uniforme, o que houve foi o seguinte: está no mesmo modelo que foi usado na Bolsa Trabalho, no Programa Renda Mínima, e na Renda Básica Emergencial nos anos de 2020 – 2021. O beneficiário é usuário final desse produto, praticado, que se fazia uma emissão para cada um. Tem jurisprudência nesse sentido. Tem no processo, está muito tranquilo quanto a isso.

O PTRF acho que vale falar que é uma conquista da Administração, para as escolas, para os estudantes, porque nós aumentamos muito o valor acreditando na capacidade da escola de resolver e entender as suas prioridades. Entender muito melhor do que nós que estamos aqui distantes, não estamos tão no dia a dia das escolas, tanto quanto estão o diretor, os professores, o conselho.

Então normalmente já são três repasses ao ano. Esse está esclarecido na Portaria 7.118 que é do dia 16. O senhor, em algum momento, colocou que a gente disse: “Olha as escolas foram avisadas, tal.” Foi publicado, que é o máximo de publicidade que nos cabe, um valor maior nesse último repasse, felizmente, de R\$ 328 milhões, aproximadamente, no último repasse, totalizando aí cerca de R\$ 500 milhões direto para as escolas.

Então alguns outros temas, especialmente que a ex-Secretária Cida e a Melissa, aqui representante do Crece, trouxeram que não estavam na pauta, então não posso trazer aqui qualquer dado que seja inconsistente. Para a Comissão, nós nos baseamos dentro do requerimento que nos enviaram, mas, com toda alegria estamos à disposição para conversar individualmente, ou numa outra ocasião, através da Comissão de Finanças, e trazer mais esclarecimentos a esses outros pontos que não estavam previstos para discutirmos aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Foi rápido assim? Eu considero que as escolas, considero não, as escolas não podem licitar obras, não é? Eu entrei um pouco no mérito dessa questão daquelas em que o valor, e eu perguntei, se continua ainda, para as Diretorias Regionais de Ensino, um valor dependendo do tamanho, quantas cotas de dispensa de licitação, se isso centralizou, se continua, precisamos também dessas informações, porque daí também podemos ajudar até clarear um pouco.

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Vereador... (Falha na transmissão.) Mas eu estava atento no número das reformas. Mas eu vou ver se levanto isso aqui para o senhor já.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tudo bem. Siurb, eu não sei onde, nesse montante, eu continuo dizendo que o que nos impressionou foi uma destinação, eu posso dizer, à revelia, para cumprir a Constituição Federal, feita que é uma exorbitância de dinheiro no último mês do ano.

Então o que a Melissa coloca, da questão da merenda; o que a Márcia colocou da questão da merenda; o que traduz essa audiência pública, vou passar imediatamente para o Ricardo, o que traduz é exatamente a incapacidade de gastar o dinheiro.

Quando tivemos o Comitê Emergencial da Crise, eu estava na Comissão de Educação, há de se lembrar que se começou com o critério do Bolsa Família, ou seja, a matrícula escolar não servia como base, vocês lembram disso? E há de se lembrar também que se acelerou no final do ano. Havia até uma propaganda, não quero aqui, vou dizer o que foi fato, o então saudoso Prefeito reeleito, fazia uma propaganda muito explícita: “Olha, esse cartão aqui, está indo no nome da mãe, com o valor”, mas isso no final daquele... Ou seja, às vésperas da eleição. Então é essa tradução de como é o conceito de gestão que estamos discutindo aqui. Daí o que acontece: o dinheiro da Prefeitura, especialmente da Educação, é para ser aplicado no mercado financeiro, ou para aplicar nas escolas? Foi colocada a questão do retorno às aulas. Meu Deus do céu, não daria para deixar essas escolas totalmente preparadas para essa montanha de dinheiro?

Eu acho que aí o Ricardo pode falar em Siurb, as grandes obras, e o porquê, então,

não se antecipou, com toda essa montanha de dinheiro algumas coisas que poderiam já estar prontas. É isso. Ricardo, tem a palavra.

**O SR. RICARDO DE MENEZES DIAS** – Sr. Presidente, nobres Vereadores, representante do Tribunal de Contas, demais munícipes, vou tentar deixar todos os senhores a par do que está sendo feito em Siurb, São Paulo Obras, após a contratação que, como os senhores sabem, foi firmada no final do ano de 2021, através de dois contratos com a Secretaria Municipal de Educação. Um deles em torno de R\$ 800 milhões, que é o destinado a reforma e manutenção de 728 escolas; e outro, os senhores estamos ouvindo? (Pausa).

**O SR. MÁRIO** – Estamos sim, Ricardo. A propósito qual é o seu sobrenome, por favor?

**O SR. RICARDO DE MENEZES DIAS** – Ricardo de Menezes Dias, me desculpem, eu cheguei aqui e me utilizei do *login* do Secretário.

Continuando, foram dois contratos firmados por Siurb e Secretaria Municipal de Educação, prevendo, primeiro a reforma e manutenção de 736 unidades escolares, e um outro menor, para construção de 22 novas unidades escolares. Esse contrato, através de uma portaria, ele possui um memorial descritivo, com o endereço dessas escolas, tanto para que fossem realizadas manutenções e reformas, como também as novas escolas, as novas 22 escolas. Nessa portaria é possível encontrar exatamente em quais escolas vamos atuar, eu digo nós, Siurb, através de São Paulo Obras, que vai fazer o gerenciamento de todas essas obras. Lá é possível encontrar em quais unidades serão destinadas as partes desses recursos que foram empenhados no final de 2021. Hoje nós já licitamos 236 reformas de escolas. Então já estamos trabalhando desde o primeiro dia do ano, desde o primeiro dia de 2022. Já temos uma licitação concluída, e vamos começar o trabalho de reforma em 236 unidades educacionais. A licitação já se encerrou, algumas empresas vencedoras do certame inclusive já assinaram o contrato, já estão até trabalhando em algumas poucas unidades, mas esse trabalho já vem sendo desempenhado em algumas unidades.

O nosso próximo passo é a reforma e a ampliação de 26 CEUs. Nós estamos, nesse

ponto específico, em consulta pública. Soltamos, através de SP Obras, um edital de consulta pública e o próximo passo vai ser a licitação. Acredito que ainda em abril, vamos licitar a reforma desses 26 CEUs. É o nosso próximo passo. Seguido a isso, a essas duas licitações que já estão em andamento, pretendemos licitar a reforma de mais 220 unidades escolares. A reforma e manutenção de 220.

Então todo esse empenho que foi realizado está sendo direcionado para reforma, manutenção e construção de novas escolas, durante esse ano de 2022. Que fique consignado que nós estamos trabalhando a todo vapor para que as licitações sejam realizadas o mais breve possível para que as obras também, que já iniciaram, em alguns casos, terminem durante o ano de 2022.

Algumas outras unidades educacionais demandam ainda, por se tratar de ampliação e até de construção das 22 novas unidades, o desenvolvimento de projetos. Esses projetos também já estão sendo desenvolvidos aqui em São Paulo Obras e Siurb, a fim de que consigamos até o final do ano, como eu disse, executar esse orçamento em que foi feita a reserva no final do ano. Enfim, eu estou aberto a tentar responder às questões dos senhores. O que eu puder, Siurb e São Paulo Obras, responder em relação à execução desse contato, eu estou à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Eu vou... Eu preciso... (Falha na transmissão.)

**O SR. RICARDO DE MENEZES DIAS** – Sr. Presidente, eu estou sem conexão, não sei se todos estão na mesma situação. Mas, não consigo ouvi-los, muito menos acompanhar a reunião.

- Queda da conexão do Sr. Presidente Jair Tatto.

**O SR. MÁRIO** – Marcelo Messias, como o Jair não conseguiu retornar, tem condição de você ver se tem mais alguma fala, para podermos encerrar a audiência?

– Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias)** – Bom dia a todos mais uma vez. Há mais

alguém que queira se posicionar? O pessoal da Educação, de SME? Marcos Saraiva tem mais alguma colocação?

**O SR. MARCOS SARAIVA** – Acho que já demos a nossa contribuição. Só quero agradecer a oportunidade de enfrentar alguns números e trazer a nossa visão do que enfrentamos na Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias)** – Andrea, mais alguma colocação?

**A SRA. ANDREA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO** – Eu gostaria sim de reforçar que seja olhada com muito carinho a valorização da nossa Educação por meio de qualificação profissional dos educadores, e também de valorização salarial com uma reforma de fato que beneficie esses profissionais, que atendem toda a comunidade e toda a população de São Paulo, ok?

Então, tanto com relação à questão da campanha salarial, quanto a repensarem na crueldade feita com a arrecadação previdenciária. Sempre há tempo de retroceder quando é para melhor. Isso deve ser uma premissa: reconhecer que às vezes erramos, cometemos realmente crueldades, mas que existe como retroceder e corrigir tanta injustiça com aqueles que fazem por São Paulo.

Inclusive lembrar que cada cadeira que ocupamos tem uma razão de ser e a gente presta contas, talvez não aqui. Mas, num plano maior, a gente também tem que ter esse olhar. Estamos a serviço de um todo e que estejamos de fato a serviço do bem.

Agradeço em nome da Aprofem.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias)** – Agradeço a todos. Vou encerrar a audiência, pois agora haverá uma reunião da Comissão de Finanças. Agradecemos à SME, ao Tribunal de Contas, a todos os envolvidos e pedir desculpas em nome do Presidente, que está voltando.

– Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Marcelo. A conexão caiu de um jeito, obrigado, Marcelo.

– Queda da conexão do Sr. Presidente Jair Tatto.

– Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias)** – O Presidente deve estar em sua casa e como mora na periferia de São Paulo a antena ainda não chegou. Em breve não haverá mais esse problema, fiquem tranquilos. Logo haverá conexão.

Vou ter de encerrar, pois tenho outra reunião da Comissão de Finanças. Agradeço a todos mais uma vez pela participação. Qualquer novidade, voltamos a avisá-los da próxima audiência pública, se for necessário.

Estão encerrados os trabalhos.

---